

# PUBLICIDADE LEGAL

**CASA DAS CORRENTES - INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.** CNPJ 92.690.478/0001-09 - NIRE 43300059651

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. 1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 22 de abril 2026, às 10 horas, na sede social da Casa das Correntes - Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Cachoeirinha, RS, na Rua Maurício Sirotksi Sobrinho, nº 860, Sala A, 2º andar, bairro Cedia, CEP 94930-370. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** Dispensadas as formalidades de convocação em face da presença da totalidade das acionistas, nos termos do §4º do Art. 124 da Lei 6.404/76. **3. PUBLICAÇÕES:** As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram publicadas (i) na versão impressa do Jornal do Comércio, 2º Caderno, na edição dos dias 10, 11, 12 de abril de 2026, pág. 7, e (ii) na versão eletrônica dos dias 10, 11, 12 de abril de 2026, página 26, no site <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal>. As Demonstrações Financeiras, juntamente com os demais documentos exigidos pela legislação aplicável, foram colocadas à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. **4. COMPOSIÇÃO DA MESA:** (i) Presidente: Caroline Winck Neumann; e (ii) Secretária: Eliana Maria Winck Neumann. **5. ORDEM DO DIA:** em Assembleia Geral Ordinária: (i) Apreciar as contas apresetadas pelas administradoras, bem como examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) Apreciar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) Fixar a remuneração global da administração; e (iv) Autorizar a administração da Companhia a praticar os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Ratificar o pagamento de juros sobre capital próprio realizados durante o exercício social de 2025, à conta de reserva de lucros da Companhia. **6. DELIBERAÇÕES:** Foi deliberado, por unanimidade de votos dos presentes e sem ressalvas, por: Em Assembleia Geral Ordinária: i. Aprovar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, publicados (i) na versão impressa do Jornal do Comércio, 2º Caderno, na edição dos dias 10, 11, 12 de abril de 2026, pág. 7, e (ii) na versão eletrônica dos dias 10, 11, 12 de abril de 2026, página 26, no site <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal>. ii. Aprovar a proposta da Diretoria de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 1.936.075,31 (um milhão, novecentos e trinta e seis mil, setenta e cinco reais e trinta e um centavos) do seguinte modo: (a) R\$ 96.803,77 (noventa e seis mil, oitocentos e trinta e sete reais e sete centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do resultado líquido do exercício, serão destinados à reserva legal da Companhia, conforme artigo 193 da Lei das S.A.; (b) R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) a serem distribuídos como dividendos, sendo que sua distribuição e pagamento antecipado como dividendos intercalares durante o exercício social de 2025 foi previamente deliberada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2025, conforme ata arquivada na JUCISRS sob o nº 11516529; e (c) R\$ 1.239.271,54 (um milhão, duzentos e trinta e nove mil, duzentos e setenta e um reais e cinquenta e quatro centavos) destinados à para conta de Reserva de Lucros. iii. Aprovar a remuneração global total anual da administração, para o exercício social de 2026, no valor de até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); iv. Autorizar a Administração da Companhia a executar os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas e a publicar apenas o seu extrato na forma do artigo 130, § 3º LSA; Em Assembleia Geral Extraordinária: i. Aprovar e ratificar o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 2.370.000,00 (dois milhões, trezentos e setenta mil reais) próprio realizados durante o exercício social de 2025 à conta de reserva de lucros da Companhia. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada, ficando autorizada a publicação de extrato deste documento, com o sumário dos fatos ocorridos e transcrição das deliberações tomadas, nos termos do Artigo 130, § 3º da Lei nº 6.404/76. Assinaturas: Mesa: Caroline Winck Neumann - Presidente, e Eliana Maria Winck Neumann - Secretária. Acionistas: Eliana Maria Winck Neumann; Cundrie Ltda. por Cristiane Winck Neumann Hgll; Mafero Ltda. por Camila Winck Neumann; e Muskr Ltda. por Caroline Winck Neumann. Cachoeirinha, 22 de abril de 2026. É cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. Mesa: **CAROLINE WINCK NEUMANN** - Presidente. **ELIANA MARIA WINCK NEUMANN** - Secretária. JUCISRS. Certifico registro sob o nº 11730724 em 27/04/2026 da Empresa CASA DAS CORRENTES - INDUSTRIA E COMERCIO S.A., CNPJ 92690478000109 e protocolo 261621807 - 24/04/2026. Autenticação: 5EDC70DA2787759FD0D597DFC9A1F46AB11F67C1. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Conecte sua marca a quem *decide*.

Amplie sua *visibilidade* e alcance líderes de opinião com a força da multiplataforma do JC.

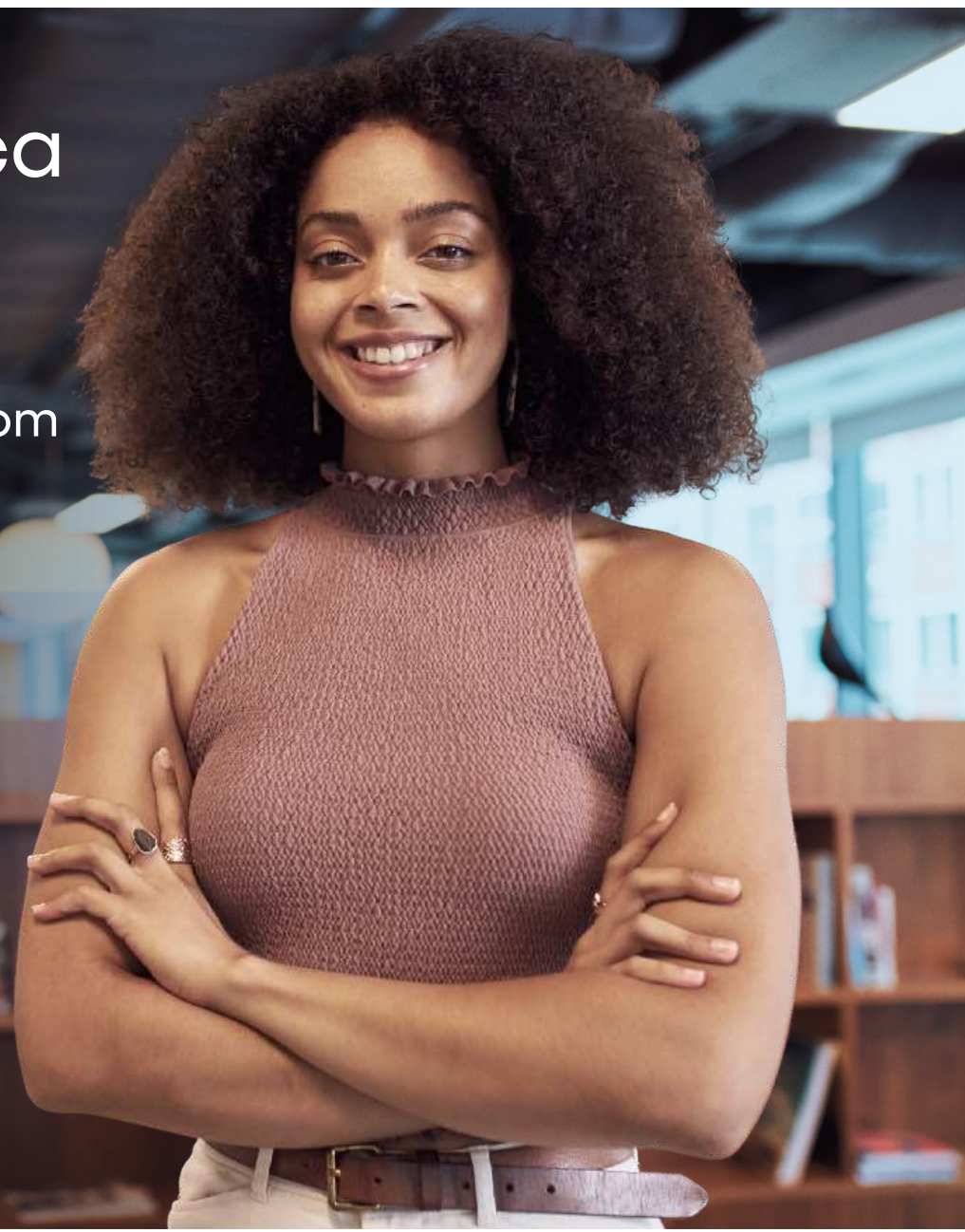
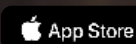


Acesse o QR Code e anuncie no JC

**Jornal do Comércio** 92 ANOS  
O jornal de economia e negócios do RS

Siga nossas redes sociais:

Baixe o App:



# PUBLICIDADE LEGAL

**BEM CORRETORA DE SEGUROS S.A.**  
CNPJ/MF 17.550.101/0001-39 | NIRE 433 000 555 15

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2026**

**1. DATA, LOCAL e HORA:** Aos 27 dias do mês de março de 2026, às 14:00 horas, reunião realizada por videoconferência. **2. PRESENÇA:** Na presença da única acionista da Companhia **BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S/A**, com sede à na Rua Siqueira Campos, n.º 1163, 8º andar, CEP: 90.010-001, inscrita no CNPJ 10.397.031/0001-81, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, através do **Diretor Presidente:** Bruno Fronza, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, portador da Carteira de Identidade 7000765722, expedida pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF 216.917.110-04, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na rua Pedro Chaves Barcellos, nº 961, apartamento nº 801, bairro Bela Vista – CEP 90450-010, neste ato presidente da mesa; e do **Diretor de Tecnologia da Informação:** Ricardo Padoin Nenê, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade nº 6051701231, expedida pela SSP/PC-RS, inscrito no CPF/MF 630.031.390-53, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Conrado Balsini, 77 apto. 1101, Bairro Jardim Blumenau, CEP: 89.010-355. **3. CONVOCAÇÃO:** Em virtude da presença da acionista, foram dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **4. COMPOSIÇÃO DA MESA:** A mesa foi composta pelo Sr. Bruno Fronza - Presidente; e Sr. Ronaldo Maciel de Ávila Junior – Secretário. **5. PUBLICAÇÕES:** Dispensado o aviso aos acionistas, conforme artigo 133, § 4º, da Lei 6.404/76 e posteriores alterações. **6. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: 6.1. **Em Assembleia Geral Ordinária:** a) Aprovação do relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; b) Deliberar sobre a destinação do Resultado do Exercício de 2025; c) Eleição da Diretoria; e d) Deliberar sobre a Remuneração Global da Administração. 6.2. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** a) Ratificação dos jornais de publicação dos atos societários da Companhia; b) Alteração do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia – Endereço da Sede; c) Consolidação do Estatuto Social da Companhia. **7. DELIBERAÇÕES:** Após as discussões relacionadas às matérias constantes na Ordem do Dia, a acionista da Companhia, sem quaisquer restrições, deliberou e aprovou o seguinte: 7.1. **Em Assembleia Geral Ordinária:** a) A acionista aprovou o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As Demonstrações Financeiras foram publicadas de forma eletrônica, conforme disposto no Art. 294 da Lei 6.404/76, com redação dada pela Lei Complementar nº 182/2021. b) A acionista aprovou a destinação para distribuição de dividendos do montante de R\$ 893.355,48 (oitocentos e noventa e três mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e oito centavos), correspondente ao total do lucro líquido apurado no exercício de 2025, já deduzido do valor destinado para constituição da reserva legal. c) A acionista elegeu os membros da Diretoria cujo mandato vigorará até a Assembleia Geral Ordinária de 2027: **I. Bruno Fronza**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, portador da Carteira de Identidade 7000765722, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, e inscrito no CPF 216.917.110-04, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na rua Pedro Chaves Barcellos, nº 961, apartamento nº 801, bairro Bela Vista – CEP 90450-01; e, **II. Ricardo Padoin Nenê**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade nº 6051701231, expedida pela SSP/PC-RS, inscrito no CPF/MF 630.031.390-53, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Conrado Balsini, 77 apto. 1101, Bairro Jardim Blumenau, CEP: 89.010-355. d) Aprovada a remuneração global anual da Administração para o exercício de 2026, no montante de até R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), cuja distribuição será determinada pelo Conselho de Administração da Acionista Controladora. 7.1. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** a) Foi ratificada a publicação dos Atos Societários no Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul. b) Foi aprovada, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, a alteração do Artigo 2º do Estatuto Social, que trata do endereço da Sede da Companhia, conforme segue: **REDAÇÃO VIGENTE** - Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na rua Siqueira Campos, n.º 1163, 5º andar - CEP 90.010-001. **NOVA REDAÇÃO** - Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na rua Siqueira Campos, n.º 1163, 8º andar - CEP 90.010-001. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta Ata na forma sumária, a qual foi aprovada e assinada de forma eletrônica pela acionista representando a totalidade do capital da Companhia. **ASSINATURAS ELETRÔNICAS:** Sr. Bruno Fronza, Presidente da Mesa; e Sr. Ronaldo Maciel de Ávila Junior, Secretário. **DECLARAÇÃO:** Declaramos que a presente ata é cópia fiel da transcrita em livro próprio, Porto Alegre, RS, 27 de março de 2026. Bruno Fronza - Presidente da Mesa - assinado eletronicamente. Ronaldo Maciel de Ávila Junior - Secretário - assinado eletronicamente. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 11732030 em 28/04/2026 da Empresa BEM CORRETORA DE SEGUROS S/A, CNPJ 17550101000139 e protocolo 261374478 - 06/04/2026. Autenticação: E9392FA0FAD750B11F1225B58BB4FDFE9433CF4. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos | vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos | vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos



vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

Você no



Anuncie

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos



vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos | vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos | vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

# PUBLICIDADE LEGAL

**TRANS LASO TRANSPORTES LTDA CNPJ 11.457.593/0001-36**  
**ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS QUOTISTAS DE TRANS LASO TRANSPORTES LTDA**  
**REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2025**

Às 9 horas do dia 19 de setembro de 2025, na sede social, na Rua Noruega, nº 60, Salas 03 e 04, Bairro Passo do Feijó, CEP 94.810-390, na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob nº 11.457.593/0001-36, com o contrato social arquivado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul sob nº 43206555348 em 08/01/2010, neste ato representada pelo sócio quotista que detém a totalidade do capital social, **CEREALISTA OLIVEIRA LTDA**, sociedade empresária limitada, com sede na Rua Noruega, 116, Bairro Passo do Feijó, município de Alvorada/RS, CEP 94.810-390, inscrita no CNPJ sob nº 90.180.621/0001-97, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul sob nº 43200831114, em 04/12/1984 e última alteração sob nº 9212770, em 21/09/2023, neste ato representada por seu sócio administrador **LUIZ ANTONIO DA SILVA OLIVEIRA**, brasileiro, comerciante, nascido em 01/04/1946, natural de Porto Alegre/RS, vivendo em regime de união estável, portador do RG 4010901471, expedida pela SSP/RS em 17/02/1978, inscrito no CPF 048.179.740-87, residente e domiciliado na Rua Noruega, 51, 1º andar, Bairro Passo do Feijó, município de Alvorada/RS, CEP 94.810-390; Representando a totalidade do capital social subscrito, a fim de deliberar acerca da redução do capital social em 19 de setembro de 2025 de Trans Laso Transportes Ltda, sociedade empresária, com sede na Rua Noruega, nº 60, Salas 03 e 04, Bairro Passo do Feijó, CEP 94.810-390, na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob nº 11.457.593/0001-36, com o contrato social arquivado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul sob nº 43206555348 em 08/01/2010, assim delibera, nos termos do art. 1082, Inciso II do Código Civil: i) O sócio Cerealista Oliveira Ltda, já qualificado, possui 23.377.310 (vinte e três milhões, trezentos e setenta e sete mil, trezentos e dez) quotas de capital, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, representando R\$ 23.377.310,00 (vinte e três milhões, trezentos e setenta e sete mil, trezentos e dez reais). Decide a sociedade reduzir seu capital social em 20.553.551 (vinte milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta e um) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, representando R\$ 20.553.551,00 (vinte milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta e um reais). Em face da redução de capital e, considerando-se que o sócio possui débitos perante a sociedade, decorrentes de mútuos financeiros, em montante de R\$ 20.553.551,00 (vinte milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta e um mil reais), conforme devidamente registrado no balanço especial levantado em 31/08/2025, o valor do capital a ser restituído ao sócio, será abatido do valor da referida dívida de mútuo financeiro, não havendo saldo de capital a ser restituído. ii) A sociedade e seu sócio dão entre si, plena e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo, com fundamento no contrato social e suas alterações, declarando reduzido o capital social e quitada a dívida, procedendo o arquivamento deste ato na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul. E, por estarem assim justos e contratados, assinam a presente Ata de Reunião de Sócios Quotistas em via única, de igual teor e forma, para que produzam efeitos legais.

Alvorada, 19 de setembro de 2025.  
**CEREALISTA OLIVEIRA LTDA**  
 Representada por seu Sócio Administrador Luiz Antônio da Silva Oliveira 048.179.740-87  
**LUIZ ANTONIO DA SILVA OLIVEIRA**  
 Administrador Não Sócio 048.179.740-87

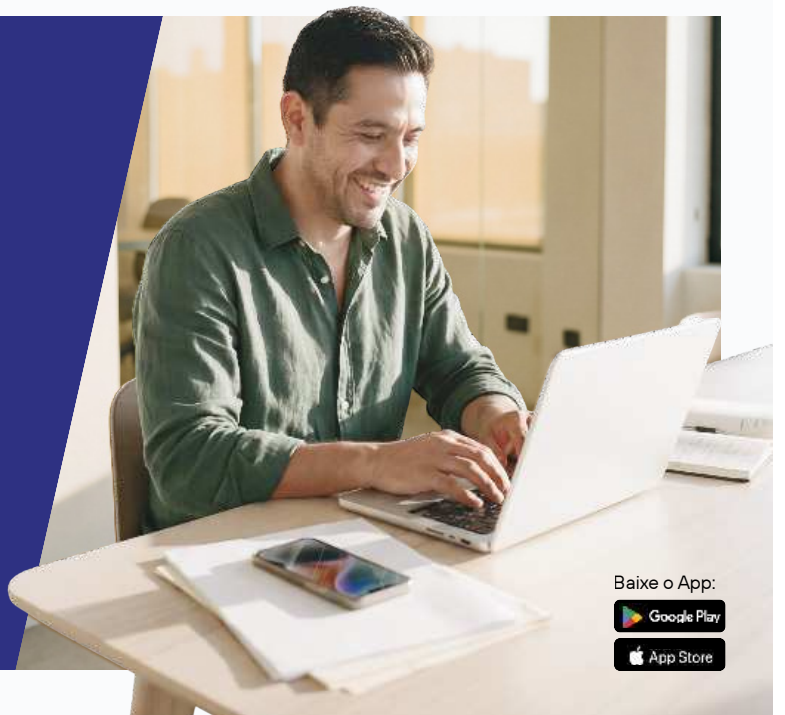
Posicione sua marca  
*no centro das decisões*  
 estratégicas.

Alcance um público qualificado,  
 formado por gestores, empresários e tomadores  
 de decisão do sul do país.



Acesse  
 o QR Code  
 e anuncie  
 no JC

**Jornal do Comércio**  
 O jornal de economia e negócios do RS



Baixe o App:  
 Google Play  
 App Store



**Sociedade Educacional Santa Rita S.A.**  
CNPJ nº 91.109.660/0001-60

**Relatório da Administração**

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral, as Demonstrações Financeiras da Sociedade Educacional Santa Rita S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Permanecemos ao inteiro dispor de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

**Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)**

Balço Patrimonial			Balço Patrimonial			Demonstrações dos Resultados				
	31/12/2025	31/12/2024	01/01/2024		31/12/2025	31/12/2024	01/01/2024	2025	2024	
		(Reapresentado Nota 1.2)	(Reapresentado Nota 1.2)			(Reapresentado Nota 1.2)	(Reapresentado Nota 1.2)		(Reapresentado Nota 1.2)	
<b>Ativo/Circulante</b>	<b>66.351</b>	<b>36.524</b>	<b>41.484</b>	<b>Passivo/Circulante</b>	<b>48.246</b>	<b>20.046</b>	<b>28.676</b>	Receita líquida	87.185	71.573
Caixa e equivalentes de caixa	55.780	29.947	19.811	Fornecedores	4.135	1.262	1.419	Custo dos serviços prestados	(44.201)	(42.525)
Contas a receber	3.267	5.505	6.807	Obrigações trabalhistas	3.136	2.918	5.412	<b>Lucro bruto</b>	<b>42.984</b>	<b>29.048</b>
Tributos a recuperar	1.119	409	1.735	Obrigações tributárias	1.502	1.198	1.019	(Despesas) e receitas operacionais:		
Outros créditos	6.185	663	13.131	Dividendos a pagar	31.955	5.331	15.343	Despesas gerais, administrativas e comerciais	(15.701)	(13.136)
<b>Não circulante</b>	<b>141.666</b>	<b>142.751</b>	<b>138.646</b>	Adiantamentos de clientes	3.084	4.537	1.273	Resultado de equivalência patrimonial	18.213	12.148
Contas a receber	2.977	1.696	1.185	Passivo de arrendamento	4.137	4.643	4.115	Outras receitas, líquidas	2.190	413
Dépósitos judiciais	15	37	105	Outras contas a pagar	297	157	95	<b>Lucro antes das despesas e receitas financeiras</b>	<b>47.686</b>	<b>28.473</b>
Outros créditos	2	2	210	<b>Não circulante</b>	<b>14.974</b>	<b>32.569</b>	<b>34.849</b>	Receitas financeiras	5.969	2.202
Tributos diferidos	3.986	4.479	3.848	Provisão para demandas judiciais	689	609	849	Despesas financeiras	(7.107)	(8.427)
Investimentos	51.085	37.872	30.724	Passivo de arrendamento	14.001	31.449	34.000	<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>46.548</b>	<b>22.248</b>
Imobilizado, líquido	16.734	15.015	16.171	Outras contas a pagar	284	511	-	Imposto de renda e contribuição social	(1.295)	(263)
Direito de uso	13.554	30.232	33.278	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>144.797</b>	<b>126.660</b>	<b>116.605</b>	Corrente	(493)	630
Intangível, líquido	53.313	53.418	53.125	Capital social	71.159	71.159	71.159	Diferido	(263)	630
<b>Total do ativo</b>	<b>208.017</b>	<b>179.275</b>	<b>180.130</b>	Reserva de capital	21.965	21.965	21.965	<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>44.760</b>	<b>22.615</b>
				Reservas de lucros	51.673	33.536	23.481	Média ponderada das ações do exercício	67.258.520	67.258.520
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>208.017</b>	<b>179.275</b>	<b>180.130</b>	Lucro básico e diluído por ações em reais	0,6655	0,3362

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			Reservas de capital			Reservas de lucros		
	Capital social	Futuro aumento de capital	Total de reservas de capital	Reserva legal	Total de reservas de lucros	Lucros acumulados	Total	
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2024 (Reapresentado - Nota 1.2)</b>	<b>71.159</b>	<b>21.965</b>	<b>21.965</b>	<b>19.015</b>	<b>4.466</b>	<b>23.481</b>	<b>116.605</b>	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(7.229)	-	(7.229)	22.615	22.615
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(7.229)	(7.229)
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	1.122	(1.122)	(5.331)	(5.331)
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	-	-	(16.162)	(16.162)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	16.162	-	16.162	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado - Nota 1.2)</b>	<b>71.159</b>	<b>21.965</b>	<b>21.965</b>	<b>27.948</b>	<b>5.588</b>	<b>33.536</b>	<b>126.660</b>	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	44.760	44.760
Dividendos distribuídos	-	-	-	(15.992)	-	(15.992)	(15.992)	(15.992)
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	2.238	(2.238)	(10.631)	(10.631)
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	-	-	(31.891)	(31.891)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	31.891	-	31.891	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>71.159</b>	<b>21.965</b>	<b>21.965</b>	<b>43.847</b>	<b>7.826</b>	<b>51.673</b>	<b>144.797</b>	

Demonstrações dos Resultados Abrangentes			Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
	31/12/2025	31/12/2024		2025	2024
Lucro líquido do exercício	44.760	22.615	Das atividades operacionais		
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>44.760</b>	<b>22.615</b>	<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>46.548</b>	<b>22.248</b>
			Resultado de equivalência patrimonial	(18.213)	(12.148)
			Depreciação e amortização	5.735	3.194
			Depreciação do direito de uso	4.605	4.419
			Juros sobre passivo de arrendamento	3.357	3.819
			Ajuste a valor presente de ativos e passivos	648	875
			Provisão para demanda judicial	80	(240)
			Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	4.522	3.996
			Baixa por descontinuidade de arrendamento	(1.663)	-
			<b>Ajuste para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o fluxo de caixa</b>	<b>45.619</b>	<b>26.163</b>
			Decréscimo (acréscimo) em ativos	(4.213)	(4.080)
			Contas a receber	22	68
			Dépósitos judiciais	(1.142)	(91)
			Tributos a recuperar	(522)	1.330
			Outros créditos	(263)	630
			(Decréscimo) acréscimo em passivos	2.857	(250)
			Fornecedores	218	(1.509)
			Obrigações trabalhistas	535	367
			Obrigações tributárias	(1.453)	3.264
			Adiantamentos de clientes	(86)	573
			Outras contas a pagar	<b>41.835</b>	<b>25.835</b>
			Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.094)	(119)
			<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>40.741</b>	<b>25.816</b>
			Fluxo de caixa das atividades de investimento		
			Dividendos recebidos de controladas	-	16.345
			Aquisição de imobilizado	(7.307)	(1.850)
			Aquisição de intangível	(26)	(388)
			<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>(7.333)</b>	<b>14.107</b>
			Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
			Dividendos pagos	-	(22.572)
			Pagamento de arrendamento	(7.575)	(7.215)
			<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(7.575)</b>	<b>(29.787)</b>
			<b>Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>25.833</b>	<b>10.136</b>
			Caixa e equivalentes de caixa	29.947	19.811
			No início do exercício	55.780	29.947
			No fim do exercício	<b>25.833</b>	<b>10.136</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Informações gerais: 1.1. Contexto operacional:** A FSG - Sociedade Educacional Santa Rita S.A. ("Sociedade Educacional Santa Rita S.A." ou "Companhia") é uma sociedade anônima, controlada direta da Veritas Educacional A Participações S.A., com sede na Rua Marechal Floriano, nº 1.229, centro, Caxias do Sul, RS. A Companhia tem como principais atividades: desenvolver e/ou administrar atividades e/ou instituições nas áreas de educação em todos os níveis; desenvolver e/ou administrar e/ou representar e/ou controlar atividades de ensino, regulamentada ou não regulamentada, em todos os níveis, utilizando metodologias presenciais ou à distância; desenvolver e/ou administrar atividades de pesquisa e extensão; editar, produzir, distribuir, comercializar, importar e exportar conteúdos, materiais didáticos impressos ou digitais, revistas, jornais, livros e demais publicações dirigidas à educação de todos os níveis, bem como o licenciamento para produtos escolares e de natureza pedagógica; comercializar e/ou intermediar e/ou representar a venda de mercadorias, materiais didáticos ou não, revistas, jornais, livros e demais publicações dirigidas à educação de todos os níveis, inclusive com o recebimento de comissão pelas vendas; gerir direitos autorais de obras literárias ou objetos de aprendizagem, impressos ou digitais; prestar serviços educacionais e serviços de treinamento, qualificações, assessoria, avaliação e demais serviços relacionados a educação; administrar bens e negócios próprios; deter participação de quaisquer outras sociedades, empresárias ou não, no Brasil ou no exterior, na qualidade de sócio, acionista, quotista ou sob qualquer outra forma permitida em lei; e realizar atividades veterinárias para fins de ensino e pesquisa e/ou outras atividades de ensino correlatas. **1.2. Reapresentação das cifras comparativas:** Durante a elaboração das demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia identificou erros nas demonstrações financeiras anteriormente emitidas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e a períodos anteriores. Os erros decorrem do reconhecimento indevido de despesa de amortização relacionada a ativos intangíveis registrados como mais-valia em combinação de negócios, especificamente os ativos "Carteira de clientes" (no montante de R\$4.546), e "Cláusula de não concorrência" (no montante de R\$324), após a aquisição do Grupo Veritas pela ACEF em abril de 2018, cuja amortização foi mantida de forma incorreta após a conclusão do processo de alocação do preço de compra (PPA). Em decorrência, houve redução indevida do saldo desses intangíveis e impacto no resultado do exercício, bem como no patrimônio líquido. Em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia corrigiu esses erros de forma retrospectiva, com a reapresentação das informações comparativas de 31 de dezembro de 2024 e, quando aplicável, o ajuste do saldo de abertura do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2024. Os efeitos da reapresentação sobre as cifras comparativas de 31 de dezembro de 2024 e 1º de janeiro de 2024, são demonstrados a seguir:

c) Demonstração das mutações do patrimônio líquido:

	Capital social	Futuro aumento de capital	Total de reservas de capital	Reservas de lucros	Reserva legal	Total de reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)</b>	<b>71.159</b>	<b>21.965</b>	<b>21.965</b>	<b>14.315</b>	<b>4.466</b>	<b>18.781</b>	<b>-</b>	<b>111.905</b>
Reversão de amortização indevida mais-valia	-	-	-	4.700	-	4.700	-	4.700
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2024 (reapresentado)</b>	<b>71.159</b>	<b>21.965</b>	<b>21.965</b>	<b>19.015</b>	<b>4.466</b>	<b>23.481</b>	<b>-</b>	<b>116.605</b>

**d) Demonstração dos fluxos de caixa:**

	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Das atividades operacionais			
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>22.078</b>	<b>170</b>	<b>22.248</b>
Depreciação e amortização	3.364	(170)	3.194
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>25.816</b>	<b>-</b>	<b>25.816</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>14.107</b>	<b>-</b>	<b>14.107</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (29.787)</b>	<b>(29.787)</b>	<b>-</b>	<b>(29.787)</b>
<b>Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10.136</b>	<b>-</b>	<b>10.136</b>
<b>Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10.136</b>	<b>-</b>	<b>10.136</b>

**1.3. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS" (IFRS Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 3. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram concluídas e aprovadas pela Administração da Companhia em 30 de abril de 2026. **1.4. Declaração de conformidade:** A Companhia está apresentando suas demonstrações financeiras, considerando que sua controladora intermediária ACEF S.A., realizou a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, a Companhia não possui instrumentos de dívida ou patrimoniais negociados publicamente; não teve arquivado nem está em processo de arquivamento de suas demonstrações financeiras junto a Comissão de Valores Mobiliários; e sua controladora final, Cruzeiro do Sul Educacional S.A., preparou as demonstrações financeiras consolidadas da Grupo, conforme previsto no Pronunciamento CPC 36 - Demonstrações Consolidadas. **2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionadas a seguir: **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorariam a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Provisão para demandas judiciais:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal. **Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais na perda incorrida. A Companhia utiliza o expediente prático previsto na norma e aplica o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento. **Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário e períodos de contrato:** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar emprestados os recursos necessários para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar. A obtenção dessa taxa envolve um elevado grau de julgamento e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à taxa incremental de empréstimo. A adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que essa escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. **Determinação do prazo de arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros acadêmicos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: • se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão); • se houver benéficas em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos e os custos e a interrupção nos negócios necessários para a substituição do ativo arrendado. Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e esteja sob o controle do arrendatário, por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não a exercer).

**Diretoria**  
Renato Padovese - Diretor Presidente  
Luis Felipe Bresola - Diretor sem Designação Específica  
Felipe Coragem Negro - Diretor Financeiro e Administrativo  
Solange Marcos - Contadora  
CRC: 1SP-244763/O-0

## -★ continuação

Aos Administradores e Acionistas - Sociedade Educacional Santa Rita S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade Educacional Santa Rita S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras da Sociedade Educacional Santa Rita S.A.**

administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas

evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2026



**PricewaterhouseCoopers**  
Audidores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

**Karen Simões Barbieri**  
Contadora CRC 1SP253455/O-1

# PUBLICIDADE LEGAL

## BRASIL TECPAR SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CNPJ nº 07.756.651/0001-55 | NIRE: 43.300.070.875

### Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação e exame de V. Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhado da Demonstração do Resultado do Exercício e demais demonstrações contábeis. Porto Alegre, 19 de Março de 2026.

**A DIRETORIA**

Balanços Patrimoniais (Em reais)		Demonstrações do resultado (Em Reais)		Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto (Em Reais)	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	70.453.656	60.075.271	41.134.231	40.949.410	
Contas a Receber	68.386.378	67.159.616	19.732.201	25.329.614	
Estoques	21.968.216	15.903.271	-	92.584	
Adiantamentos a Terceiros	1.737.057	1.342.820	18.306.937	21.923.897	
Créditos Tributários	13.566.386	10.051.109	11.140.745	10.360.827	
Instrumentos financeiros derivativos	13.280.423	2.133.106	1.576.405	1.576.405	
Outros Créditos	8.328.662	8.920.926	1.375.905	1.169.329	
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Aplicações financeiras	3.061.823	5.831.800	40.479.912	49.754.580	
Partes relacionadas	100.359.360	75.008.793	44.228.373	18.160.777	
Depósito Judicial	3.382.556	1.136.999	3.647.628	2.352.892	
Créditos Tributários	2.410.599	3.810.281	181.622.338	171.670.315	
Imposto de renda e contribuição social diferido	121.760.947	42.527.897	-	-	
Outros créditos	19.226.231	647.363	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	46.062.567	33.098.400	-	-	
Arrendamento	128.308.192	75.135.708	-	-	
<b>Total do ativo</b>	<b>424.572.275</b>	<b>237.197.241</b>	<b>1.082.594.028</b>	<b>764.884.027</b>	
	1.400.381.317	1.084.674.853	1.870.833.609	1.087.322.154	
Investimentos	497.052.614	440.288.115	(127.031.384)	(20.373.116)	
Intangível	527.438.585	53.271.555	36.166	(38.251)	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>424.572.275</b>	<b>237.197.241</b>	<b>1.082.594.028</b>	<b>764.884.027</b>	
	1.400.381.317	1.084.674.853	1.870.833.609	1.087.322.154	
Outros Resultados Abrangentes	74.417	(38.251)	39.110.813	(22.447.246)	
Outros resultados abrangentes	74.417	(38.251)	1.782.949.204	1.044.463.541	
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>61.632.475</b>	<b>(11.278.117)</b>	<b>3.047.165.569</b>	<b>1.981.017.883</b>	
	61.632.475	(11.278.117)	3.047.165.569	1.981.017.883	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Capital Social		Reserva de capital		Outros Resultados Abrangentes		Prejuízos acumulados		Total do Patrimônio Líquido	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>376.189.494</b>	<b>263.416.300</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(11.207.380)</b>	<b>364.982.114</b>	<b>364.982.114</b>	<b>364.982.114</b>
Aumento de capital por incorporação de empresas	263.416.300	-	-	-	-	-	-	263.416.300	263.416.300	263.416.300
Aumento de capital	447.716.360	-	-	-	-	-	-	447.716.360	447.716.360	447.716.360
Constituição de reserva de capital	-	(20.373.116)	-	-	-	-	-	(20.373.116)	(20.373.116)	(20.373.116)
Instrumentos Derivativos Hedge Accounting Swap	-	-	-	-	(38.251)	-	-	(38.251)	(38.251)	(38.251)
Prejuízo no exercício	-	-	-	-	-	-	(11.239.866)	(11.239.866)	(11.239.866)	(11.239.866)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.087.322.154</b>	<b>237.197.241</b>	<b>(20.373.116)</b>	<b>(38.251)</b>	<b>(11.239.866)</b>	<b>(22.447.246)</b>	<b>1.044.463.541</b>	<b>1.044.463.541</b>	<b>1.044.463.541</b>	<b>1.044.463.541</b>
Aumento de capital	783.511.455	-	-	-	-	-	-	783.511.455	783.511.455	783.511.455
Constituição de reserva de capital	-	(106.658.268)	-	-	-	-	-	(106.658.268)	(106.658.268)	(106.658.268)
Instrumentos Derivativos Hedge Accounting Swap	-	-	-	-	74.417	-	-	74.417	74.417	74.417
Prejuízo no exercício	-	-	-	-	-	-	61.558.059	61.558.059	61.558.059	61.558.059
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.870.833.609</b>	<b>1.084.674.853</b>	<b>(127.031.384)</b>	<b>36.166</b>	<b>39.110.813</b>	<b>1.782.949.204</b>	<b>1.782.949.204</b>	<b>1.782.949.204</b>	<b>1.782.949.204</b>	<b>1.782.949.204</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em Reais)

**1. Contexto operacional** - A Brasil Tecpar Serviços de Telecomunicações S.A. ("Companhia" ou "BST") é uma sociedade por ações, sediada na cidade de Santa Maria/RS e escritório na cidade de Porto Alegre/RS, local onde concentra-se parte da estrutura de administração e a diretoria executiva. A Companhia foi constituída em 30 de novembro de 2005, e é controlada pela empresa Brasil Tecnologia e Participações S.A. ("Brasil TecPar"). A Companhia tem por objeto social: Provedores de acesso às redes de comunicações, Serviços de telefonia fixa comutada - STFC, Serviços de comunicação multimedial - SCM, Operadoras de televisão por assinatura por cabo, consultoria em tecnologia da informação entre outros serviços de valores agregados SVA.

**2. Relação de empresas controladas** - A Companhia possui controle nas seguintes empresas:

Empresas controladas	Cidade/UF	% - Participação em 31/12/2025	31/12/2024
TV Alphaville Sistema de TV por Assinatura Ltda.	Santana de Parnaíba/SP	100%	100%
BTT Telecomunicações S.A.	Belo Horizonte/MG	100%	100%
Justweb Administracao e Participacoes Ltda.	Belo Horizonte/MG	88,995%	79,99%
Accessoline Telecomunicações Ltda.	Chapeco/SC	71,50%	57,38%
Nova Rede Telecomunicações Ltda. (a)	Rio das Neves/MG	100%	100%

(a) Aquisição de 100% das quotas representativas do capital social do Nova Rede a partir de 01 de fevereiro de 2025.

A Companhia usa a exceção prevista no item 4 do CPC 36 Demonstração consolidada, considerando que sua Controladora apresenta e publica demonstrações financeiras consolidadas.

**3. Base de preparação - 3.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) que incluem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estarão abertas nas respectivas notas explicativas. A administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A Companhia usa a exceção prevista no item 4 do CPC 36 Demonstração consolidada, considerando que sua Controladora apresenta e publica demonstrações financeiras consolidadas. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 04 de março de 2026.

**3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

**3.3 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotados pela Administração são elaborados com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo eventos passados, previsão de eventos futuros, além do suporte formal de especialistas, quando aplicável. Os resultados reais desses julgamentos, estimativas e premissas, quando da sua efetiva realização podem divergir dos registrados nas demonstrações financeiras. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**a. Estimativas e Julgamentos críticos** - As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

**i) Julgamentos críticos:**

- **Imposto de renda corrente e diferido.** - Aquisição de controladas: mensuração do valor justo das considerações.
- **Estimativas críticas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas abaixo:
  - Redução do valor recuperável (Impairment),
  - Revisão da vida útil econômica dos ativos imobilizados e intangível
  - Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

**b. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **i) Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos e idênticos, que estão acessíveis na data de mensuração; **ii) Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **iii) Nível 3** - inputs, para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

**4. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das opções de compra que são mensuradas a valor justo por meio do resultado, e dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado e quando designados como Hedge Accounting São mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente.

**5. Políticas contábeis materiais** - A Companhia aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

**5.1 Instrumentos financeiros - (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio de resultado VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

**Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas** - Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado.

**5.2 Estoques:** Os estoques estão representados pelos insumos necessários para prestação dos serviços com telecomunicações. Esses estoques são avaliados pelo menor valor entre o custo médio ou valor realizável líquido e são baixados ao resultado quando da efetiva venda ou quando utilizados internamente.

**5.3 Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. No início ou na modificação

transação será feito em 12 parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 1.067 cada, sendo o saldo devedor corrigido pela variação positiva do IPCA, acrescido de 1% de juros remuneratórios ao ano. Após essa transação, a Companhia adquire a totalidade (100%) das quotas representativas do Capital Social da Justweb Participações.

**Aquisições por Combinações de Negócios - "Operação EVO Fibra"** - Na data de 19 de fevereiro de 2026 a Companhia adquiriu os ativos da EVO Fibra, representada pelas empresas EVO Fibra Internet Ltda e Castro Internet Ltda. A aquisição inclui a carteira de clientes com aproximadamente 7.900 assinantes de serviços de acesso à internet e serviços de valor adicionado, bem como todos os equipamentos, marcas, domínios, sistemas, recursos tecnológicos, rede de telecomunicações utilizada e demais ativos para a prestação dos serviços aos assinantes, incluindo, ainda, obrigação de não-concorrência (Non-compete). Tal operação se configura como uma combinação de negócios. A Operação EVO Fibra possui atuação nas cidades de Guaratuba (PR), Castro (PR) e Joinville (SC). A transação ocorreu no formato de assinatura e fechamento na mesma data, 19 de fevereiro de 2026. O montante estimado como valor de aquisição (enterprise value) foi de R\$17.640 sendo R\$3.000 e o restante em parcelas corrigidas pela variação do CDI a partir da data de fechamento. O valor final da transação será validado entre as partes através da aplicação de cláusula contratual que prevê o ajuste de preço de aquisição, baseado nas receitas efetivas e no estoque, a ser realizado até 30 de junho de 2026. A aquisição desta operação está em linha com a estratégia da Companhia em aumentar sua área de atuação, especialmente na região Sul do Brasil. A Companhia está em fase de elaboração de laudos de avaliação dos ativos adquiridos.

**Signing - Aquisição de ativo Ligga** - Em 20 de fevereiro de 2026 a Companhia celebrou um instrumento vinculante ("Contrato") com a Ligga Telecomunicações S. ("Vendedora"), dentre outros, por meio do qual foram acordados os termos e condições de operação envolvendo, dentre outros temas, a aquisição, pela Compradora, de certos ativos, direitos e operações atualmente da Vendedora, relativos às atividades de prestação de serviços de internet banda larga por fibra óptica para residências, empresas e órgãos públicos ("Negócio"), por um valor de R\$ 495.000, sujeito a determinados ajustes previstos no Contrato. A Ligga atualmente presta serviços a aproximadamente 344 mil clientes (quantidade de acessos totais conforme última divulgação pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL). A aquisição fortalece a presença da Companhia no Estado do Paraná, alcançando a terceira posição no estado em número de acessos, com um total de 385 mil acessos. A conclusão da Operação está sujeita ao cumprimento de condições usuais para operações desta natureza, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, dentre outros.

**5.4 Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção. Os ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. **(ii) Baixa:** Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. **(iii) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso linearmente durante a vida útil do ativo. **5.5 Intangível: (i) Ágio:** O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O ágio é um ativo intangível com vida útil indefinida e não é amortizado sendo testado anualmente em relação à perda por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, ou ainda quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **(ii) Carteira de clientes:** Estimado com base na avaliação de geração de receitas dos contratos em vigor, a partir da data da aquisição, projetando ao longo da vida dos contratos, deduzidas dos custos e despesas correspondentes. Nessa avaliação, são consideradas as taxas de cancelamentos (churn rate), e a taxa de desconto nominal, para determinar a vida útil econômica estimada para esse ativo. Anualmente a Companhia avalia se há indicadores de desvalorização desse ativo, e quando identificado, é realizado teste de impairment para verificar a necessidade de provisão para valor recuperável deste ativo. **(iii) Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. **5.6 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis:** As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas com base no valor esperado de liquidação tendo por base a opinião dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. **5.7 Capital social: (i) Ações ordinárias** - As ações ordinárias dão direito a voto nas Assembleias Gerais. **5.8 Receitas:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. Todas as receitas oriundas da prestação de serviços são reconhecidas quando a obrigação de performance é cumprida, que ocorre quando o serviço é prestado ao cliente. O faturamento e emissão das notas fiscais dos serviços prestados é realizado ao longo do mês com vencimento no mês subsequente. **5.9 Tributos sobre o lucro:** A Companhia adota o Lucro Real como regime de tributação. **Lucro real** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30 % do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**6. Normas, alterações e interpretações de normas** - a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2025. **Alterações IAS 21 - Falta de Conversibilidade Entre Moedas** - Norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Companhia concluiu que não haverá impactos iniciais com a aplicação desta norma. **Novo IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras** - O IFRS 18 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Companhia ainda está avaliando os impactos dessas alterações para as futuras demonstrações financeiras. **Novo IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública** - O IFRS 19 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Companhia ainda está avaliando os impactos dessas alterações para as futuras demonstrações financeiras. **Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros** - Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia ainda está avaliando os impactos dessas alterações para as futuras demonstrações financeiras.

**7. Eventos subsequentes - Aquisição de participação adicional na Operação ALT-GNET** - Em 15 de janeiro de 2026 a Companhia adquiriu participação adicional de 9,5% nas empresas que integram a "Operação ALT-GNET", composto pelas empresas Accessoline Telecomunicações Ltda., GNET Telecomunicações Ltda., Itel Fibra Telecomunicações Ltda. e Telge Serviços de Telecomunicações Ltda. pelo valor de R\$ 66.789. O pagamento dessa transação será feito em 12 parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 5.566 cada, sendo o saldo devedor corrigido pela variação do IPCA. Com a aquisição dessa fatia adicional, a participação total da Companhia na "Operação ALT-GNET" passa a ser de 81,00%.

**Aquisição de participação adicional na Justweb Participações Ltda.** - Em 4 de fevereiro de 2026 a Companhia adquiriu 11,005% das quotas remanescentes representativas do capital social da controlada Justweb Participações pelo valor total de R\$12.804. O pagamento dessa

transação será feito em 12 parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 1.067 cada, sendo o saldo devedor corrigido pela variação positiva do IPCA, acrescido de 1% de juros remuneratórios ao ano. Após essa transação, a Companhia adquire a totalidade (100%) das quotas representativas do Capital Social da Justweb Participações.

**Aquisições por Combinações de Negócios - "Operação EVO Fibra"** - Na data de 19 de fevereiro de 2026 a Companhia adquiriu os ativos da EVO Fibra, representada pelas empresas EVO Fibra Internet Ltda e Castro Internet Ltda. A aquisição inclui a carteira de clientes com aproximadamente 7.900 assinantes de serviços de acesso à internet e serviços de valor adicionado, bem como todos os equipamentos, marcas, domínios, sistemas, recursos tecnológicos, rede de telecomunicações utilizada e demais ativos para a prestação dos serviços aos assinantes, incluindo, ainda, obrigação de não-concorrência (Non-compete). Tal operação se configura como uma combinação de negócios. A Operação EVO Fibra possui atuação nas cidades de Guaratuba (PR), Castro (PR) e Joinville (SC). A transação ocorreu no formato de assinatura e fechamento na mesma data, 19 de fevereiro de 2026. O montante estimado como valor de aquisição (enterprise value) foi de R\$17.640 sendo R\$3.000 e o restante em parcelas corrigidas pela variação do CDI a partir da data de fechamento. O valor final da transação será validado entre as partes através da aplicação de cláusula contratual que prevê o ajuste de preço de aquisição, baseado nas receitas efetivas e no estoque, a ser realizado até 30 de junho de 2026. A aquisição desta operação está em linha com a estratégia da Companhia em aumentar sua área de atuação, especialmente na região Sul do Brasil. A Companhia está em fase de elaboração de laudos de avaliação dos ativos adquiridos.

**Signing - Aquisição de ativo Ligga** - Em 20 de fevereiro de 2026 a Companhia celebrou um instrumento vinculante ("Contrato") com a Ligga Telecomunicações S. ("Vendedora"), dentre outros, por meio do qual foram acordados os termos e condições de operação envolvendo, dentre outros temas, a aquisição, pela Compradora, de certos ativos, direitos e operações atualmente da Vendedora, relativos às atividades de prestação de serviços de internet banda larga por fibra óptica para residências, empresas e órgãos públicos ("Negócio"), por um valor de R\$ 495.000, sujeito a determinados ajustes previstos no Contrato. A Ligga atualmente presta serviços a aproximadamente 344 mil clientes (quantidade de acessos totais conforme última divulgação pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL). A aquisição fortalece

